



MARIA CRISTINA CESAR DE OLIVEIRA
MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES
ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO
GUSTAVO TAVARES MONTEIRO
OCTAVIO CASCAES DOURADO JUNIOR

Coordenadores

Helder Zalouth Barbalho

Ricardo Nasser Sefer

Prefácio

LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO PARÁ

UM OLHAR DE JURISTAS

A obra “Lei do Processo Administrativo do Estado do Pará: um olhar de juristas” reúne uma coletânea de artigos sobre a Lei Estadual nº 8.972/2020, que institui normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública paraense. Escrita por especialistas membros do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR) e Procuradores do Estado do Pará convidados, a publicação oferece reflexões e análises críticas sobre os principais dispositivos da norma, abordando temas como contraditório, ampla defesa, motivação e eficiência administrativa. Com o apoio institucional da Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE/PA), o livro surge como instrumento valioso para operadores do Direito, gestores públicos e estudiosos interessados na consolidação de práticas administrativas pautadas pela legalidade e transparência. A obra fortalece o debate jurídico local e contribui para a difusão do conhecimento técnico sobre o processo administrativo no Estado do Pará.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO.

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL.

Palavras-chave

Direito administrativo. Processo Administrativo.
Direito Processual. Estado do Pará.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 4267

L525

Lei do processo administrativo do Pará: um olhar de juristas / Maria Cristina Cesar de Oliveira, Marcio Augusto Moura de Moraes, Anete Marques Penna de Carvalho, Gustavo Tavares Monteiro, Octavio Cascaes Dourado Junior (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.

236p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0951-1

ISBN digital 978-85-450-0954-2

1. Direito administrativo. 2. Processo administrativo. 3. Direito processual. 4. Estado do Pará. I. Oliveira, Maria Cristina Cesar de. II. Moraes, Marcio Augusto Moura de. III. Carvalho, Anete Marques Penna de. IV. Monteiro, Gustavo Tavares. V. Dourado Junior, Octavio Cascaes. VI. Título.

CDD 342

CDU 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

OLIVEIRA, Maria Cristina Cesar de; MORAES, Marcio Augusto Moura de; CARVALHO, Anete Marques Penna de; MONTEIRO, Gustavo Tavares; DOURADO JUNIOR, Octavio Cascaes (coord.). *Lei do processo administrativo do Pará: um olhar de juristas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 236p. ISBN 978-85-450-0951-1.

ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO

Formada em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela UFPA. Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal). Pós-graduanda em Direito Eleitoral pelo IDP. Ex-Procuradora do Estado do Pará. Ex-Juíza substituta do TRE/PA. Presidente da Comissão de Processo Administrativo do IDAPAR. Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. E-mail: anetecarvalho20@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3796-5630>

GUSTAVO TAVARES MONTEIRO

Formado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGDDA/UFPA). Procurador do Estado do Pará. Advogado. Membro efetivo do IDAPAR. E-mail: tm.gustavo@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4120-5059>

MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES

Advogado. Mestrando em Administração Pública pelo Instituto de Direito Público (IDP). Conselheiro Seccional Efetivo da OAB/PA (2018-2024). Pós-graduado em Direito Administrativo pela PUC Minas (2025). MBA em Direito do Trabalho pela FGV-Ideal (2015). Membro da Comissão de Servidores Públicos do IBDA. Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN). Presidente e fundador do Instituto de Direito Administrativo do Pará (IDAPAR). E-mail: marciomoraes@marciomoraes.adv.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6626-4855>

MARIA CRISTINA CESAR DE OLIVEIRA

Mestre e Doutora em Direito. Estágio Doutoral na Universidade de Coimbra-Portugal e Universidade de Externado-Colômbia. Professora Associada III da UFPA. Consultora Jurídica do Estado do Pará. Ex-Secretária do Município de Belém/PA. Ex-conselheira do COEMA, representando a OAB-PA. Advogada. Diretora Acadêmica do IDAPAR. E-mail: cristi@ufpa.br ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6226-7575>

OCTAVIO CASCAES DOURADO JUNIOR

Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA. Mestre em Engenharia Hidráulica, EP/USP. Especialista em Direito Administrativo, PUC Minas. Engenheiro Civil, Unama. Advogado, Cesupa. Professor Adjunto IV da UEPA. Ex-Conselheiro do COEMA representando a UEPA. Presidente da Comissão de Princípios Jurídicos e Sustentabilidade. E-mail: octavio.junior@uepa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3202-6737>

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Ricardo Nasser Sefer, Helder Zalouth Barbalho	11
---	----

PRINCÍPIOS JURÍDICOS NA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ

Maria Cristina Cesar de Oliveira, Octavio Cascaes Dourado Junior.....	13
1 Princípios Jurídicos	13
1.1 Considerações gerais sobre princípios jurídicos.....	13
1.2 Princípios jurídicos na Constituição Federal.....	14
2 O processo administrativo como instrumento de legitimação decisória.....	15
3 Princípios Jurídicos, Processo Administrativo e a Legislação Infraconstitucional.....	18
4 Princípios jurídicos e Lei do Processo Administrativo do Estado do Pará	20
5 Considerações Finais.....	24
Referências.....	25

A ANÁLISE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI ESTADUAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO PARÁ: UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Roumíee Halan da Silva Sousa.....	27
1 Introdução	27
2 Atos administrativos: uma análise crítica à luz da Lei Estadual do Processo administrativo do Pará	29
2.1 Forma, tempo e lugar dos atos administrativos	29
2.2 Motivação dos atos administrativos.....	31
2.3 Desafios e implicações das novas tecnologias.....	32
2.4 A integração da teoria clássica e das novas demandas.....	34
3 Considerações finais.....	35
Referências.....	37

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: REFLEXÕES ACERCA DO ART. 60, §1º DA LEI Nº 8.972/2020 DO ESTADO DO PARÁ E DA SÚMULA 641 DO STJ

Adryssa Diniz F. Melo, Bernardo Araújo da Luz	39
Introdução	39
1 Microssistema punitivo. Panorama geral	41
2 O princípio da congruência/correlação no Processo Civil e Penal.....	43
3 A Súmula nº 641 do STJ e o disposto na Lei de Processo Administrativo do Estado do Pará – Lei nº 8.972/2020 – reflexões sob a ótica do princípio da congruência.....	45
Conclusão	47
Referências.....	47

COMPETÊNCIA, PODER-DEVER DE DECISÃO E SEGURANÇA JURÍDICA

Bárbara Cozzi Gonçalves	49
1 Introdução	49
2 Hermenêutica jurídica e decisões administrativas	50
3 Competência, impedimento e suspeição	52
4 O poder-dever de decisão	55
5 Considerações finais.....	57
Referências.....	58

O PODER-DEVER DE DECIDIR NA LEI Nº 8.972, DE 13 DE JANEIRO DE 2020, DO ESTADO DO PARÁ – NECESSIDADE DE REGULAR O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO E SEUS EFEITOS

Carla Nazaré Jorge Melém Souza	61
1 Introdução	61
2 O poder-dever de decisão na Lei nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, do Estado do Pará.....	62
2.1 Necessidade de regular o silêncio administrativo e seus efeitos.....	66
3 Considerações finais.....	72
Referências.....	73

DIREITO DOS NEGÓCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS E DECISÃO COORDENADA: UMA ANÁLISE LEGISLATIVA COMPARADA ENTRE O ESTADO DO PARÁ E A UNIÃO

Luma Cavaleiro de Macêdo Scaff, Luiz Felipe da Fonseca Pereira	75
Introdução	75
1 Direito dos negócios públicos e privados	76
2 Decisão coordenada na Lei nº 9.784/99 no âmbito Federal	79
3 A decisão coordenada: Lei nº 10.560/2024 no Estado do Pará	80
4 Considerações finais.....	82
Referências.....	83

O ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O PROCEDIMENTO DE INVALIDAÇÃO DO ATO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

Caio Fabio Rufino Barros, Thiago de Oliveira Sarmiento dos Santos	85
Introdução	85
A processualidade no Direito Administrativo paraense contemporâneo e o procedimento de invalidação na Lei Estadual nº 8.972/2020	87
O procedimento de invalidação de atos administrativos e o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.....	89
Considerações finais.....	92
Referências.....	93

O REGIME JURÍDICO DAS INVALIDADES DO ATO ADMINISTRATIVO NA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ

Jobson de Oliveira Pereira	95
1 Introdução	95
2 A teoria jurídica das invalidades do ato administrativo e sua correlação com as normas da LEPA.....	97
3 Os vícios sanáveis suscetíveis de convalidação na LEPA em cotejo com a jurisprudência e a doutrina	103
4 As normas da LEPA relacionadas ao decurso do tempo como fator de superação do ato administrativo defeituoso.....	106
5 Considerações finais.....	109
Referências.....	110

REGIME DAS INVALIDADES NA LEI PARAENSE Nº 8.972/2020

Mônica Martins Toscano Simões	113
1 Palavras introdutórias.....	113
2 A autotutela administrativa pela via da invalidação	114
2.1 Da consagração jurisprudencial ao tratamento normativo	114
2.2 As hipóteses legais de invalidade	115
2.3 A limitação temporal à invalidação de atos administrativos.....	117
2.4 A limitação formal à invalidação de atos administrativos	120
3 Notas sobre a convalidação.....	122
4 Conclusão	123
Referências.....	124

ANÁLISE DA DECADÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESTADUAL PARAENSE À LUZ DO CÓDIGO CIVIL E DO REGIME FEDERAL

Marcio Augusto Moura de Moraes, Bruna Braga da Silveira.....	125
1 A decadência na Lei Estadual nº 8.972/202 – art. 67	125
2 Noções básicas sobre a prescrição e a decadência no Código Civil.....	126
3 Prescrição e decadência no Direito Administrativo	129
4 A similitude e o cotejo entre os dispositivos da Lei Federal e Estadual	131
4.1 Natureza jurídica do prazo para o exercício da autotutela pela Administração.....	133
4.2 Requisitos para configuração da decadência da autotutela administrativa	133
4.3 Efeitos Patrimoniais Contínuos	137
4.4 Convalidação do Ato	138
5 Aplicação subsidiária da Lei Federal à Lei Estadual: medidas processuais do Poder Público para evitar a decadência e notificação do interessado	140
5.1 Incidência da decadência a atos administrativos praticados antes da Lei Estadual de Processo Administrativo.....	143
Conclusão	143
Referências.....	144

REFLEXÕES ACERCA DO INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DISCIPLINAR:

UM PARALELO ENTRE A LEI FEDERAL Nº 8.112/90 E AS LEIS ESTADUAIS NºS 5.810/1994 E 8.972/2020 (LEPA)

Gabriela Ohana.....	147
1 Introdução	147
2 Aspectos gerais da prescrição da pretensão punitiva do Estado no Direito Administrativo sancionador disciplinar	148
3 Dos entendimentos jurisprudenciais acerca da prescrição punitiva na sindicância e no processo administrativo disciplinar – PAD	153
4 Da segurança jurídica, proporcionalidade e supremacia do interesse público sob o privado no direito sancionador: apontamentos críticos sobre a temática	154
4.1 Da contagem do prazo de prescrição na sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – PAD face ao instituto da interrupção da pretensão punitiva estatal.....	154
4.2 A interrelação dos prazos de prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública na seara penal e administrativa	156
5 Conclusão	158
Referências.....	160

REPARAÇÃO DE DANOS E RESSARCIMENTO À FAZENDA PÚBLICA, NOTAS SOBRE A LEI Nº 8.973/2020 DO ESTADO DO PARÁ

Magno Guedes Chagas.....	163
1 Introdução	163
2 Responsabilidade Civil e seus elementos	164
3 Responsabilidade objetiva do Estado.....	165
4 Agente estatal.....	165
5 Independência e reflexos de instâncias	166
6 Denúnciação da lide e ação regressiva	168
7 Câmara de conciliação e processualidade na legislação estadual.....	169
8 Prazo prescricional e imprescritibilidade	170
9 Juros e correção monetária – art. 133 da Lei Estadual nº 8.973/2020.....	170
10 Conclusão	171
Referências.....	171

PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE NA LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ: PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI ESTADUAL

Nº 10.560/2024

Monique Soares Leite	173
----------------------------	-----

1	Introdução	173
2	Principais modificações observadas nos procedimentos especiais previstos na Lei nº 8.972/2020: alcance e aplicabilidade	176
3	Considerações finais.....	186
	Referências.....	186

OS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: A AUTOCOMPOSIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Filipe Barbosa Erichsen	189
Introdução	189
Considerações iniciais.....	190
1 Evolução dos métodos consensuais de resolução de conflitos no ordenamento jurídico brasileiro. A Autocomposição e sua utilização pela Administração Pública	191
2 Questões culturais e estruturais relevantes à adoção da autocomposição pela Administração Pública	195
Considerações finais.....	196
Referências.....	197

LEI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ: A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM DECISÕES ADMINISTRATIVAS E AS DIMENSÕES COLETIVA E ESTRUTURAL DO PROCESSO

Adilson Carvalho Pantoja, João Paulo Baeta Faria Damasceno, Gisele Santos Fernandes Góes	199
1 Introdução	199
2 A possibilidade e as formas de participação popular na Lei do Processo Administrativo Paraense.....	200
3 A importância da participação popular na tomada de decisões	203
4 Necessidade de avanços práticos relacionados à participação e ao oferecimento de espaços deliberativos concretos	205
5 Considerações finais.....	208
Referências.....	209

A APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO REGIME SANCIONATÓRIO DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ NO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR DISCIPLINAR

Ana Maria Barata	211
Introdução	211
1 As alterações do Regime Sancionatório da Lei de Processo Administrativo Estadual incidentes no Processo Administrativo Disciplinar	212
2 As alegações finais na Lei de Processo Administrativo Estadual (LEPA)	216
Conclusões.....	220
Referências.....	221

PERSPECTIVAS DE APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA E SUPLETIVA DA LEI ESTADUAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO PARÁ

Anete Marques Penna de Carvalho, Gustavo Tavares Monteiro	223
1 Introdução	223
2 Aplicação subsidiária e supletiva: definições e diferenças.....	224
3 Casos de aplicação supletiva e subsidiária na Lei Estadual de Processo Administrativo.....	227
4 Considerações finais.....	230
Referências.....	230

SOBRE OS AUTORES.....	233
-----------------------	-----